



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE PEDRO LEOPOLDO – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 85, de 10-6-2010
Data da instalação: 27-4-2011
Data de implantação do PJe: 31-5-2013

Jurisdição: Pedro Leopoldo, Capim Branco, Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos, Prudente de Morais, São José da Lapa e Vespasiano.

Editais de Correição divulgados no DEJT em 23-2-2021, p. 4.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 6-7-20

Às 13 horas do dia três de março de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 2ª Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo, situada na Rua Anélio Caldas, 500, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Juliana Campos Ferro Lage**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Marconi Fernandes Pinheiro; os servidores Abeline Chaves Lisboa, André Gomes Bandeira, Fabrício Roberto de Araújo, Fernanda Homem Fonseca, Lucere Márcia Mendes, Patrícia Alves Diniz, Raquel Alice Martins Bicalho Sacramento, Renan de Freitas Tavares, Rodrigo da Costa Wanderley, Rodrigo Silvério Bello Silva e Simone Conceição Dada de Oliveira e o estagiário Vitor Estevão Souza Rodrigues.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

I. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 189 processos, distribuídos neste ano até o dia 1º-3-2021, apurando-se a média de 5,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 23 cartas precatórias, dentre elas 6 executórias, até o dia 1º-3-2021, das quais 9 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 747 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 69 processos foram remetidos neste ano até o dia 1º-3-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 30 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 78 processos com perícia designada, aguardando laudo.



1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 126 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 32 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 102 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

No entanto, deve ser confirmado no sistema SJVPI o processo 0011530-55.2017.5.03.0144.

Orientação: confirmar o lançamento no sistema SJVPI, tendo em vista que o movimento no PJe corresponde ao comando judicial de sobrestamento pelo Tema 1046 da repercussão geral. Seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados" no sistema SJVPI, selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) selecionar o processo indicado acima no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) em seguida, clicar no botão "confirmar sobrestamento(s)".

Processos examinados na correição:

- 0011121/17, 0012100/17, 0010261/17, 0010793/19, 0010736/18, 0010928/18, 0012399/17, 0012106/17: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010281/19: processo *sine die* - suspenso em 25-4-2019 – Id 73ee19c – aguardando laudo pericial - excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 863c978 (sem movimentação há mais de um ano);

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.



1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Pedro Leopoldo - 02a Vara				
	2016	2017	2018	2019	2020
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	54,48	50,85	48,83	45,45	48,12

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	157
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	1.066
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	39

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	42
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST



1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2013	1	8
2014	3	7
2015	6	6
2016	36	5
2017	129	4
2018	159	3
2019	315	2
2020	456	1
2021 – ano de referência	157	
TOTAL	1.262	1,84

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de fevereiro até o dia 1º-3):

Processo	Classe	Tarefa
0000319-61.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010939-98.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0012224-29.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012536-05.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010196-54.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010255-42.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Conclusão ao magistrado
0010451-12.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência



	Ordinário	
0010667-70.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010719-66.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0012419-77.2015.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010054-16.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010059-38.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010081-37.2016.5.03.0002	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010402-34.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010642-47.2016.5.03.0039	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010890-86.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011040-72.2016.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011074-42.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011210-39.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011409-61.2016.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.368
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de	0



sentença pendente (item 394)	
Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	272

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	2.022

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	39

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRI-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho

Pedro Leopoldo - 02a Vara

	2019	2018	2017	2016	2015
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	93,72	85,34	68,87	75,20	80,95

Existem 2.353 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.849 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 504 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 01/03/2021

No ano anterior, até dia 01/03/2020 - havia 2.092 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 1.866 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 225 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de fevereiro até o dia 1º-3):

Processo	Classe	Tarefa
0010379-93.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010166-53.2014.5.03.0144	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Análise
0010468-82.2014.5.03.0144	Execução Fiscal	Análise
0010747-05.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0011373-24.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Conclusão ao magistrado
0010152-69.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações



0010008-95.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011143-79.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0010467-97.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010672-29.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011789-55.2014.5.03.0144	Execução de Certidão de Crédito Judicial	Aguardando final do sobrestamento
0010673-14.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0010081-04.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010920-29.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0010423-15.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0010326-15.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0011544-44.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0010489-92.2013.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0011866-64.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0011867-49.2014.5.03.0144	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando apreciação pela instância superior

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de março 2021 apurado até dia 1º-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	19	110
02-FEVEREIRO	22	170
03-MARÇO	14	16
04-ABRIL	31	
05-MAIO	36	
06-JUNHO	90	
07-JULHO	59	



08-AGOSTO	55	
09-SETEMBRO	20	
10-OUTUBRO	38	
11-NOVEMBRO	25	
12-DEZEMBRO	18	
Totais	427	296

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
											1			2	
ANDRÉ BARBIERI AIDAR									5						
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS						1									
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ				7											
GERALDO HELIO LEAL	10	22	14	24	36	56	58	51	13	30	18	15			
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE													110	168	16
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS								4	2						
MARCEL LUIZ CAMPOS RODRIGUES	4					33	1			8	6	3			
SOLANGE BARBOSA DE CASTRO AMARAL	5														
Totais	19	22	14	31	36	90	59	55	20	38	25	18	110	170	16

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 1º-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	19	47
02-FEVEREIRO	59	114
03-MARÇO	51	21
04-ABRIL	133	
05-MAIO	126	
06-JUNHO	160	
07-JULHO	185	
08-AGOSTO	166	
09-SETEMBRO	169	
10-OUTUBRO	75	



11-NOVEMBRO	66	
12-DEZEMBRO	90	
Totais	1299	182

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 1º-3-2021, existem 45 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	8
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	23
Tutelas Provisórias Pendentes	14
Total	45

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 3-3-2021 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 6 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;
- d) **inquirição de testemunha por videoconferência (juízo deprecado):** 1 processo;
- e) **conciliação em execução por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011231/20, 0011233/20, 0011242/20, 0011243/20, 0010100/21, 0010105/21, 0010107/21, 0010109/21, 0010108/21 e 0010111/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010100/21 e 0010105/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.



2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 26-2-2021, 15 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 2 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010089/21, 00101333/21, 0010080/21, 0010039/21, 0011240/20, 0011183/20, 0011943/17, 0011176/20, 0010305/20, 0011232/20, 0011121/17, 0012100/17, 0010261/17, 0010793/19, 0010736/18, 0010928/18, 0010281/19, 0012399/17, 0010009/19, 0012106/17, 0011119/20, 0011127/20, 0010897/20, 0011154/20, 0010921/20, 0011071/20, 0011017/20, 0010415/19, 0011226/20, 0011167/19, 0011758/17, 0010961/19, 0010789/19, 0010559/19, 0010338/19, 0010392/20, 0010960/20, 0010494/20, 0010971/20, 0011480/17, 0010497/20, 0010983/20, 0012204/16, 0011107/20, 0011461/17, 0011485/19, 0011578/18, 0011038/17, 0011358/18, 0011841/17, 0011161/17, 0010367/18, 0010760/19, 0011012/20, 0011500/18, 0010660/18, 0010731/19, 0011563/18, 0010820/19, 0011591/17, 0010483/20, 0010406/20, 0010424/20, 0010167/20, 0010776/20, 0010792/20, 0010799/20, 0010800/20, 0011217/20 e 0011244/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011119/20, 0011127/20, 0010897/20, 0011154/20, 0010921/20 e 0011071/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0011183/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9592256 (mais de 10 dias);
- 0011943/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id ae9b4d0 (mais de 40 dias);
- 0011176/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 0171c5a (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0010305/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 1107e8d (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0010392/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0d4f24 (mais de 10 dias);
- 0011485/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 064d71c (sem movimentação há mais de 20 dias);



- 0011038/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6d89d1c (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id 98a4be7 (sem movimentação há mais de 30 dias);

- 0011358/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b9a51e9 (mais de 10 dias);

- 0011841/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id e2e2fa9 (mais de 30 dias);

- 0011161/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 3e89315 (mais de 10 dias);

- 0010367/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7b56947 (mais de 20 dias);

- 0010760/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 80d6a23 (mais de 10 dias);

- 0011012/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 04f889d (mais de 10 dias);

- 0010660/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id fe246f7 (mais de 10 dias);

- 0010820/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id ea94249 (mais de 10 dias);

- 0010483/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9e06c69 (mais de 20 dias);

- 0010167/20: autos arquivados indevidamente, uma vez que o acordo não foi integralmente quitado – Id 31a2db1.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.



2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 14 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0001666-03.2011.5.03.0144	Conclusão ao magistrado
0010048-04.2019.5.03.0144	Conclusão ao magistrado
0010342-90.2018.5.03.0144	Aguardando apreciação pela instância superior
0010359-29.2018.5.03.0144	Conclusão ao magistrado
0010388-79.2018.5.03.0144	Aguardando apreciação pela instância superior
0010425-72.2019.5.03.0144	Aguardando audiência
0010614-84.2018.5.03.0144	Aguardando prazo
0011075-56.2018.5.03.0144	Aguardando apreciação pela instância superior
0011234-62.2019.5.03.0144	Aguardando audiência
0011242-78.2015.5.03.0144	Aguardando apreciação pela instância superior
0011551-94.2018.5.03.0144	Preparar expedientes e comunicações
0011794-72.2017.5.03.0144	Aguardando audiência
0012467-02.2016.5.03.0144	Conclusão ao magistrado
0012497-03.2017.5.03.0144	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010099-44.2021.5.03.0144	Aguardando audiência
0010937-21.2020.5.03.0144	Conclusão ao magistrado
0011501-34.2019.5.03.0144	Aguardando prazo
0012643-44.2017.5.03.0144	Aguardando prazo

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	34	59	64
Instrução processo físico	2.429	0	0
Instrução processo eletrônico	350	283	196

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	12	41	22-3-21 - 12 dias
Procedimento Ordinário	12	50	19-4-21 - 29 dias
Instrução	211	298	24-10-22 - 388 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	158	200

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	24	148

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0



Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	262	787
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	1.147

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	82	0,349
Julgados procedentes em parte	222	0,945
Julgados Improcedentes	50	0,213
Extintos com resolução de mérito	2	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	356	1,515
Extintos sem resolução de mérito	42	0,179
Arquivamento	45	0,191
Desistência	37	0,157
Outras decisões sem resolução de mérito	5	0,021
Total sem resolução de mérito	129	0,549
Decisões de conhecimento	485	2,064



Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	321	1,366
Decisões na fase de execução	209	0,889
Total	1.015	4,319

No ano atual, apurou-se que, até o dia 01/03/2021, com 35 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	14	0,4
Julgados procedentes em parte	34	0,971
Julgados improcedentes	10	0,286
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	58	1,657
Extintos sem resolução de mérito	13	0,371
Arquivamento	7	0,2
Desistência	10	0,286
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,029
Total sem resolução de mérito	31	0,886
Decisões de conhecimento	89	2,543
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	52	1,486
Decisões na fase de execução	32	0,914
Total	173	4,943

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em fevereiro de 2021, com 17 dias úteis para audiências, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	7	0,41



*Encerramento de instrução	10	0,59
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	51	2,94
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	48	2,53
Una / Una (rito sumaríssimo)	92	5,41
Total	208	12,35

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de fevereiro de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 39 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de março 2021 apurado até dia 1º-3:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	33	37	1	6	1	1
02-FEVEREIRO	58	40	12	4	2	4
03-MARÇO	41		6			
04-ABRIL	32		2		1	
05-MAIO	36				2	
06-JUNHO	48		9		1	
07-JULHO	55		3		3	
08-AGOSTO	56		7		3	
09-SETEMBRO	54		5		5	
10-OUTUBRO	36		14		2	
11-NOVEMBRO	48		4			
12-DEZEMBRO	26		5		7	
Totais	523	77	68	10	27	5



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDRÉ BARBIERI AIDAR										35					
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS						12					6				
GERALDO HELIO LEAL	35	72	47	35	33	25	42	63	19	25	26	34			
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE													44	59	5
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS								2	6						
MARCEL LUIZ CAMPOS RODRIGUES					6	21	19	1	4	27	20	4			
Totais	35	72	47	35	38	58	61	66	64	52	52	38	44	59	5

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 1º-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	99	66
02-FEVEREIRO	206	192
03-MARÇO	156	16
05-MAIO	56	
06-JUNHO	139	
07-JULHO	208	
08-AGOSTO	238	
09-SETEMBRO	233	
10-OUTUBRO	169	
11-NOVEMBRO	213	
12-DEZEMBRO	110	
Totais	1827	276

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS											1			
ANDRÉ BARBIERI AIDAR								103						
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES												1		
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS			22		50					17				
GERALDO HELIO LEAL	99	206	134	38	22	128	225	90	69	110	100			



JULIANA CAMPOS FERRO LAGE												67	192	16
LIZA MARIA CORDEIRO											2			
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS							13	25						
MARCEL LUIZ CAMPOS RODRIGUES				18	67	80		15	100	78	7			
Totais	99	206	156	56	139	208	238	233	169	213	110	68	192	16

No mês de março de 2021 estão designadas 235 audiências e em abril 2021 estão designadas 100 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do c-Gestão:(mês de março 2021 apurado até dia 1º-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	65	75
02-FEVEREIRO	108	91
03-MARÇO	123	12
04-ABRIL	96	
05-MAIO	50	
06-JUNHO	60	
07-JULHO	91	
08-AGOSTO	86	
09-SETEMBRO	81	
10-OUTUBRO	67	
11-NOVEMBRO	100	
12-DEZEMBRO	72	
Totais	999	178

	2019/01	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ANDRÉ BARBIERI AIDAR										38						
ANGELA MARIA LOBATO GARIOS				2	16	2	12	4			8	2				
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ		6														



GERALDO HELIO LEAL		49	108	121	78	41	29	53	80	30	44	57	63	15	1	
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE														48	89	12
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS									2	9						
MARCEL LUIZ CAMPOS RODRIGUES		7				7	19	24	4	4	13	35	7	12	1	
SOLANGE BARBOSA DE CASTRO AMARAL	1	2														
Totais	1	64	108	123	96	50	60	91	88	81	67	100	72	75	91	12

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de março 2021 apurado até dia 1º-3):

	2020	2021
01-JANEIRO	754	841
02-FEVEREIRO	968	1.063
03-MARÇO	1717	73
04-ABRIL	1287	
05-MAIO	1891	
06-JUNHO	1872	
07-JULHO	1975	
08-AGOSTO	2149	
09-SETEMBRO	1508	
10-OUTUBRO	1428	
11-NOVEMBRO	904	
12-DEZEMBRO	678	
Totais	17131	1.977

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h30. O intervalo entre as audiências é de 5 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.



Em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) seja cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, "d" do Regimento interno deste Regional, mojarando a quantidade de audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 1º-3
Processos recebidos	1.360	1.152	189
Média por dia útil	6	4,9	5,4
Processos remanescentes do ano anterior	1.382	1.059	1.268
Sentenças anuladas	26	8	0
Total de processos para solução	2.768	2.219	1.457
Processos solucionados	1.707	999	178
Processos conciliados	699	514	89
Produção	61,67%	45,02%	12,22%



Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 15,29% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 16,65%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	89
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	178

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	178
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	189

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	125
Execuções	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	264



encerradas

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.369
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	176

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	2.022
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	251

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 1º-3-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	176
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	251
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.369
-----------------------------------	--	-------



Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	2.022
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,93	1,60	1,30	1,14
	I02 - Pendentes	3.766	3.677	3.578	3.642
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	35,29	1,49	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	359,38	367,92	388,49	349,97
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	138,61	147,71	153,79	155,56



	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.234,16	2.287,04	2.196,32	1.491,34
	I07 - Taxa de conciliação (%)	40,17	40,61	42,59	45,79
	I08 - Taxa de solução (%)	123,84	122,73	111,64	99,58
	I13 - Taxa de execução (%)	141,29	142,93	123,85	53,04
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	45,63	48,05	45,08	48,12
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	75,20	76,40	78,42	80,95
	I11 - Produtividade por servidor	235,00	191,55	186,00	170,00
	I12 - Pendentes por servidor	333,40	300,18	293,36	304,73
Meso	Acervo	0,88	0,90	0,59	0,60
	Celeridade	0,57	0,59	0,62	0,58
	Produtividade	0,49	0,49	0,51	0,54
	Congestionamento processual	0,86	0,89	0,85	0,82
	Força de trabalho	0,57	0,67	0,63	0,62
Macro	IGEST	0,6754	0,7104	0,6393	0,6338
	Posição IGEST	154	157	152	153
	Movimentação processual	2001 a 2500	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

Consultada a tabela do IGEST, disponível no e-Gestão, apurou-se, até que o índice seja retificado pelo TST, conforme demanda desta Corregedoria, que no período de referência, ano 2020, no mesoindicador por colocação, esta unidade está na 152ª posição.

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
-----------------------------	------------------	----------------------------



RS2.494.549,04

RS422.988,75

RS21.479.745,11

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2020, que dispõe sobre a juntada de arquivos de áudio e vídeo aos processos que tramitam no PJe, disciplina sua utilização e dá outras providências e a Portaria Núcleo do Foro Trabalhista de Pedro Leopoldo, N. 1/2021, que estabelece procedimentos para a suspensão do atendimento presencial nas dependências do Fórum da Justiça do Trabalho de Pedro Leopoldo, sempre que a Matriz de Monitoramento da Evolução da Covid-19, publicada no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho, colocar a cidade de Pedro Leopoldo em nível de risco alto (onda vermelha) de contágio pelo novo Coronavírus, causador da Covid-19.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 17 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 65,39% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 87,14% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 62,32%.

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.



Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 123,11% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 111,88% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 90,68%.

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 65,72%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 68,26% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,97%.

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 283 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.



No ano 2021, até o dia 31-1-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 280 dias, sendo de 173 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 2 processos migráveis.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):



- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) conclusos a magistrada o processo 0010281/19, para inclusão em pauta, devendo a Secretaria verificar os processos na mesma situação, mediante conferência da listagem de processos mais antigos pendentes de solução na fase de conhecimento, que foi encaminhada previamente;
- 4) em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, “d” do Regimento interno deste Regional, majorando a quantidade de audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;
- 5) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 6) cumprida a Recomendação Conjunta N. GCR/GVCR/3/2018, evitando o arquivamento dos autos antes de quitadas as parcelas do acordo;
- 7) confirmado no sistema SJVPI o processo 0011530-55.2017.5.03.0144;
- 8) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 9) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 10) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 11) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 12) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020,



dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

13) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 5 CNJ – 2021**: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%; **Meta 5 CSJT – 2021: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento**, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;

14) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

15) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

16) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/porta1bb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbxcid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

17) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;



18) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

19) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

20) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

21) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.



Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 16h30min do dia três de março de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 17, publicado no DJe 23-2-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.03.03 16:13:28 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria